

A UTILIZAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS: RESULTADOS DE UM INQUÉRITO JUNTO DE PSICÓLOGOS PORTUGUESES

LEANDRO S. ALMEIDA e ORLANDA CRUZ (*)
UNIVERSIDADE DO PORTO

O artigo apresenta os resultados de um inquérito junto de uma amostra de 110 psicólogos portugueses sobre a problemática do uso dos testes psicológicos. Este estudo seguiu de perto a metodologia de um outro realizado em vários países da Europa Ocidental. Os resultados obtidos manifestam uma atitude de aceitação face ao método dos testes por parte dos psicólogos portugueses. Esta aceitação é também partilhada, em sua opinião, pelo público em geral e pelos profissionais colegas de trabalho. O movimento «anti-testing» é mais sentido como forma de reformulação desta prática, não sendo colocada a hipótese do seu abandono. Esta situação advém do reconhecimento simultâneo dos aspectos críticos geralmente apontados e do valor que, mesmo assim, a informação obtida pelos testes representa para a prática psicológica. Os inquiridos manifestam ainda a necessidade de uma regulamentação dos diversos aspectos do uso dos testes, atribuindo a sua elaboração, e zelo pelo seu cumprimento, às associações dos psicólogos.

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado teve como objectivo contribuir para um melhor conhecimento das opiniões, das atitudes, das expectativas e da própria prática dos psicólogos portugueses no que respeita à utilização dos testes psicológicos. Uma informação a este nível parece-nos pertinente pelas ilações que poderão ser retiradas seja ao nível da formação, seja da prática profissional e da investigação que têm vindo a ser desenvolvidas no nosso País.

A realização de estudos similares noutros países (Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Suécia — Poortinga et. al., 1982) constituiu, por outro lado, incentivo à realização deste estudo junto dos psicólogos portugueses. Ao seguirmos de perto a metodologia utilizada naqueles trabalhos, pensamos ser possível estabelecer um paralelismo entre os resultados obtidos na amostra portuguesa e os respeitantes aos psicólogos destes países. Este confronto permitirá não só ver como nos situamos em relação aos múltiplos aspectos que têm caracterizado o método dos testes e a sua evolução na Psicologia, como poderá sugerir alguns elementos de análise, seja ao nível das atitudes e concepções, seja ao nível do desenvolvimento da identidade profissional dos psicólogos portugueses.

METODOLOGIA

Instrumento

Os resultados aqui apresentados dizem respeito à aplicação de um questionário junto dos psicólogos

portugueses. Este questionário seguiu de perto o utilizado numa investigação sobre o assunto em seis países europeus (Poortinga et. al., 1982), sendo composto basicamente por cinco grupos de questões. Um primeiro grupo destina-se à recolha de elementos caracterizadores da amostra (formação e grau académico, anos de prática, domínios de intervenção). O segundo grupo de questões orienta-se para a reflexão que o psicólogo faz da sua própria prática e, muito concretamente, para os aspectos inerentes à utilização dos testes e à percepção do comportamento do público e de outros profissionais face aos mesmos. Uma terceira parte contempla os aspectos ligados à valorização atribuída aos testes, considerando os vários domínios de prática psicológica. Na quarta parte aparecem as atitudes dos psicólogos portugueses face às críticas e às objecções tradicionalmente formuladas ao método dos testes. Finalmente, num último grupo, serão abordadas quer as expectativas em relação à evolução destes instrumentos, quer alguns aspectos de natureza ético-deontológica.

A formalização dos itens não obedeceu sempre à mesma estrutura, havendo questões de escolha múltipla, questões de verificação de comportamentos e questões sob a forma de escalas de avaliação. Ao mesmo tempo, nas questões cujas possibilidades de resposta não eram susceptíveis de, à partida, serem integralmente apresentadas, os psicólogos puderam descrever a sua resposta (questões abertas).

Amostra

O questionário foi enviado a cerca de 400 psicólogos espalhados por todo o País. A sua identificação e morada foram obtidas principalmente através do Sindicato Nacional de Psicólogos e da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia. No mesmo sentido, contou-se com a colaboração da Associação Portuguesa de Psicologia e da Sociedade Portuguesa de Psicologia, tendo havido também contactos com algumas instituições cujo número de profissionais de Psicologia o justificava, como por exemplo o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

(*) Assistentes da Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação da U. P., sendo o primeiro autor membro do Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional, e o segundo membro do Centro de Desenvolvimento e Educação da Criança. Os autores agradecem à Fund. Eng.º António de Almeida o apoio económico para a realização deste estudo.

Apenas foram considerados os psicólogos que concluíram a sua formação académica antes de 1982/83. Este facto permitiu-nos não considerar na amostra profissionais com menos de um ano de prática.

Do total enviado foram devolvidos 113 questionários, tendo sido eliminados três por estarem incompletos. Refira-se que a quase totalidade dos questionários foi enviada pelo correio, sendo a devolução facilitada pelos autores através dum envelope selado.

No quadro I estão apresentados os vários aspectos de caracterização da amostra aqui considerada.

QUADRO I

Zona do país e tipo de formação académica dos psicólogos inquiridos

Região	F. Superior					F. não	
	Univ. Univ.					Sup.	Tot.
	Port.	Est.	ISPA	Fil.	Out.		
Grande Lisboa	10	1	10	5	—	—	26
Grande Porto	12	3	7	6	1	3	32
Resto do País	20	1	8	5	4	3	41
Desconhecida (*)	2	1	—	7	1	—	11
Total	44	6	25	23	6	6	110

(*) Questionários remetidos através do correio e que não foi possível identificar, pelo carimbo, a região de proveniência.

Quanto ao grau académico, apenas três dos inquiridos indicavam possuir o grau de doutoramento, e, dos restantes, apenas seis não possuíam um grau equivalente à licenciatura. Quanto aos anos de prática, verifica-se que a frequência mais elevada de respostas se situa no grupo de 3 a 5 anos de prática (31%). Quanto aos outros grupos verificaram-se as seguintes percentagens, após arredondamento: até 2 anos de prática (26%), de 6 a 10 anos de prática (19%), de 11 a 15 anos de prática (18%) e com mais de 16 anos (10%).

O último ponto na caracterização da amostra prende-se com o domínio da prática psicológica dos inquiridos. Assim, verificaram-se as seguintes percentagens: Clínica (39%), Psicologia Infantil (18%), Psicologia Escolar (42%), Investigação Psicológica (10%), Orientação Vocacional (25%), Ensino (14%), Psicologia das Organizações (16%), Psicologia Social (5%) e outros (9%). Assinale-se que no inquérito tais domínios não eram tomados como mutuamente exclusivos, sendo mesmo solicitada a indicação dos vários tipos de actividade que representassem, pelo menos, 10% do tempo total de prática profissional.

A falta de informação actualizada sobre os psicólogos portugueses, que se verifica, por exemplo, pela inexistência dum levantamento socio-profissional junto de toda a classe, impede-nos de tirar conclusões definitivas quanto à representatividade da amostra obtida. Neste estudo, são de salientar o baixo número de inquéritos provenientes da Zona da Grande Lisboa, e a alta percentagem de respostas referente a licenciados por Universidades Portuguesas e a psicólogos com uma prática profissional inferior a 5 anos. Mesmo assim, o número de inquéritos recebidos, tendo em consideração as taxas relativas ao estudo similar efectuado noutros países europeus a que já fizemos

referência⁽¹⁾ e a heterogeneidade conseguida quanto à formação de base, aos anos de prática e aos domínios profissionais dos inquiridos, permitem-nos uma análise dos resultados obtidos.

RESULTADOS

Indicamos, de seguida, os resultados obtidos junto dos psicólogos portugueses, seguindo de perto a ordem das questões formuladas no inquérito.

Utilização actual dos testes

No quadro II apresentamos o tempo dispendido com o uso dos testes (escolha, administração, interpretação e elaboração de conclusões) na prática diária dos psicólogos inquiridos. Assim, constata-se que apenas 16% referem uma ocupação superior a 50% do seu tempo total de prática com os aspectos inerentes à aplicação dos testes, enquanto que 55% das respostas apontam para um gasto inferior a 25% do tempo total.

QUADRO II
Percentagem do tempo de prática dispendido na utilização dos testes

Tempo gasto	%
Nenhum ou quase nenhum tempo	12
Cerca de 5%	17
Entre 5 e 25%	26
Entre 25 e 50%	30
Entre 50 e 75%	12
Mais de 75%	4

Questionados quanto à atitude que os outros profissionais tendem a manifestar em relação ao uso dos testes psicológicos, verifica-se que grande parte dos psicólogos (60%) afirmam que essa atitude é de aceitação geral dos testes (Quadro III),

QUADRO III
Percepção da aceitação por outros profissionais do uso dos testes

Atitude	%
Total rejeição	1
Alguma rejeição	21
Neutralidade	13
Aceitação geral	60
Aceitação total	5

Alguns itens permitem-nos ainda retirar algumas ilações quanto ao modo como os psicólogos percebem a reacção do público ao uso dos testes. Assim, 77% dos psicólogos estimam que um número inferior a 5% dos candidatos potenciais a um emprego preferem desistir da sua candidatura quando esta implica a realização de testes psicológicos, e apenas 4% dos inquiridos situam essa taxa acima de 15% (registre-se que 7% dos psicólogos não responderam a esta questão).

Por outro lado, questionados quanto ao número de vezes que o cidadão médio durante a sua vida é convidado a realizar testes psicológicos no nosso país, a opinião recolhida é de que 88% dos psicólogos pensam que tal número será inferior a três vezes (5% dos psicólogos não responderam a esta questão).

Valorização dos testes

As respostas à questão sobre a valorização dos diferentes tipos de testes psicológicos (testes de conhecimentos, testes de inteligência e aptidões, questionários de personalidade e escalas de auto-avaliação, e

testes projectivos) quando empregues em diferentes situações da prática psicológica (avaliação terapêutica, diagnóstico clínico, selecção profissional, orientação escolar, dificuldades de aprendizagem e investigação psicopedagógica) revelam alguma variabilidade. Por exemplo, os testes de inteligência e aptidões mostram um tipo de distribuição de valores pelas diferentes situações de prática profissional muito próximo dos testes de conhecimentos (quadro IVa). Assim nas situações de avaliação terapêutica e diagnóstico clínico ambos aparecem menos valorizados em termos de fornecimento de informação, situando-se nos restantes domínios como informação útil em pelo menos 75% dos casos.

QUADRO IVa

Percentagem de respostas por diferentes níveis de utilidade da informação de diversos grupos de testes e para diferentes domínios da intervenção psicológica

Níveis de utilidade	A. Testes de Conhecimentos						B. Testes de Inteligência e de Aptidões					
	0%	10%	25%	75%	90%	não resp.	0%	10%	25%	75%	90%	não resp.
Domínios:												
Avaliação Terapêutica	37%	26%	9%	3%	2%	24%	11%	36%	22%	12%	1%	18%
Diagnóstico Clínico	34%	24%	17%	2%	1%	23%	7%	27%	24%	17%	5%	21%
Seleção Profissional	2%	10%	12%	45%	24%	7%	1%	7%	14%	35%	36%	7%
Mudança e Promoção do Desenvolvimento	11%	6%	12%	30%	28%	12%	3%	6%	18%	35%	23%	9%
Orientação Profissional	6%	15%	27%	25%	17%	11%	1%	6%	12%	39%	36%	6%
Orientação Escolar	5%	17%	24%	26%	17%	11%	1%	5%	18%	36%	36%	5%
Dificuldades de Aprendizagem	7%	17%	18%	24%	23%	10%	2%	7%	14%	39%	31%	6%
Investigação Psicopedagógica	13%	9%	16%	19%	25%	18%	3%	9%	16%	30%	26%	17%

Os questionários de personalidade e escalas de auto-avaliação (quadro IVb) aparecem valorizados de um modo mais homogêneo e tomados como forne-

cendo uma informação útil em cerca de 75% dos casos na generalidade das situações.

QUADRO IVb

Percentagem de respostas por diferentes níveis de utilidade da informação de diversos grupos de testes e para diferentes domínios da intervenção psicológica

Níveis de utilidade	C. Testes de Personalidade e Escalas de Auto-avaliação						D. Testes Projectivos					
	0%	10%	25%	75%	90%	não resp.	0%	10%	25%	75%	90%	não resp.
Domínios:												
Avaliação Terapêutica	2%	13%	25%	34%	10%	17%	6%	8%	17%	31%	25%	13%
Diagnóstico Clínico	2%	11%	25%	32%	15%	16%	3%	6%	17%	28%	32%	15%
Seleção Profissional	3%	19%	28%	30%	11%	8%	16%	25%	26%	17%	8%	9%
Mudança e Promoção do Desenvolvimento	6%	15%	23%	34%	13%	9%	20%	23%	24%	15%	7%	11%
Orientação Profissional	2%	6%	25%	38%	24%	6%	13%	25%	26%	17%	8%	11%
Orientação Escolar	2%	10%	28%	30%	23%	7%	15%	28%	25%	15%	8%	10%
Dificuldades de Aprendizagem	9%	16%	27%	25%	12%	12%	11%	17%	19%	27%	17%	10%
Investigação Psicopedagógica	2%	12%	23%	38%	17%	17%	6%	21%	20%	19%	17%	17%

Por último, os testes projectivos parecem ser tomados como os de informação menos valorizada (quadro IVb). A sua utilização parece ser mais requerida no que respeita ao diagnóstico clínico, avaliação terapêutica e dificuldades de aprendizagem.

Assinale-se, por último, que esta questão apareceu como a mais susceptível de «críticas» por parte dos inquiridos. Esta reacção poderá ter a ver com o formato da própria questão, dado que era pedido ao inquirido a atribuição de uma pontuação que tra-

duzisse a sua percepção da utilidade da informação, considerando, simultaneamente, o tipo específico de testes e o domínio da prática psicológica.

Atitudes face às críticas e objecções

Questionados quanto à pertinência de alguns aspectos, usualmente ligados ao método dos testes (exigências estatísticas, tempo gasto, normas rígidas, desactualização, comparação inter-sujeitos, questões abstractas, não avaliação dos processos subjacentes à resposta) os psicólogos distribuíram as suas respostas segundo uma escala de avaliação de 5 pontos. Esta escala constituía um «continuum» entre uma opinião muito desfavorável ou negativa e uma muito favorável ou positiva. Como aspectos mais significativos refira-se, em primeiro lugar a opinião que toma a exigência de normas fixas para a utilização dos testes (aplicação, correcção e interpretação) como muito positiva, embora 23% dos inquiridos considere este aspecto um pouco negativo (quadro V). Ao

mesmo tempo, o facto de não aparecerem periodicamente revisões dos testes surge como o aspecto considerado mais negativo (95% consideram-no muito negativo ou, pelo menos, negativo). Quanto às exigências estatísticas, verifica-se uma certa dispersão nas opiniões, muito embora uma alta percentagem dos inquiridos as considere como um aspecto positivo (cerca de 50%).

Quanto ao tempo excessivo que, por vezes, a utilização dos testes implica, cerca de 54% dos psicólogos manifesta uma opinião negativa. Por outro lado cerca de 54% dos inquiridos manifestam uma opinião favorável em relação ao facto dos testes permitirem uma comparação inter-sujeitos. Em relação ao facto dos testes incluírem, por vezes, questões abstractas, um maior número de psicólogos (38%) considera esse aspecto «nem positivo/nem negativo», e cerca de 32% tomam-no como negativo. Por último, quanto ao facto dos testes poderem traduzir mais facilmente níveis gerais de realização ou produtos, e não os processos psicológicos subjacentes, 73% das respostas obtidas tomam tal limitação como negativa.

QUADRO V

Percentagem de respostas para os diferentes tipos de valorização atribuídos a vários aspectos inerentes ao método dos testes

Valorização	<i>muito negativa</i>	<i>negativa</i>	<i>nem positiva/ /nem negativa</i>	<i>positiva</i>	<i>muito positiva</i>
Aspectos:					
Muita estatística	3%	19%	22%	28%	22%
Muito tempo	12%	42%	39%	1%	2%
Normas rígidas	5%	23%	13%	17%	37%
Não há revisões	64%	31%	1%	—	—
Comparação inter-sujeitos	10%	13%	17%	29%	25%
Questões abstractas	11%	32%	38%	9%	4%
Não atende aos processos	33%	40%	17%	1%	3%

Nota: 4 a 6% dos psicólogos não responderam em média a cada uma destas alíneas.

Uma última questão prende-se com o peso que algumas objecções, tradicionalmente formuladas ao método dos testes, poderão ter na sua utilização: objecções de carácter teórico (o problema da quantificação em Psicologia), objecções de carácter psicométrico (características dos instrumentos), objecções ligadas à tomada de decisão (pertinência da informação) e objecções de carácter ético-social (pri-

vacidade da informação, grupos minoritários). Na sua resposta, os inquiridos utilizaram uma escala de avaliação de 4 pontos conforme o peso atribuído a essas objecções, sendo a classificação 1 indicativa da grande pertinência das objecções (o que levaria à não utilização dos testes), e a classificação 4 indicativa do pouco fundamento das mesmas, as quais não afectariam a utilidade da informação recolhida. No quadro VI aparecem indicadas as percentagens obtidas.

QUADRO VI

Distribuição de respostas pela conjugação de diferentes tipos de objecções com a utilização/utilidade dos testes

Posição	<i>não uso</i>	<i>uso condicionado</i>	<i>alguma utilidade</i>	<i>muita utilidade</i>	<i>não responderam</i>
Tipo de objecções:					
Teóricas	3%	24%	67%	4%	3%
Psicométricas	2%	21%	52%	21%	4%
Tomada de decisão	2%	18%	45%	32%	3%
Sociais/éticas	7%	28%	26%	36%	4%

De acordo com os valores apresentados no quadro anterior, é de salientar a maior frequência de respostas que consideram, por um lado, a existência efectiva de tais objecções e, por outro, a pertinência da informação que os testes, mesmo assim, permitem obter. Apenas as objecções de carácter ético-social são tomadas como pouco fundamentadas ou como não afectando significativamente a utilidade potencial dos testes (36%). Atendendo ao conjunto das objecções formuladas, apenas uma percentagem muito reduzida dos psicólogos inquiridos pensa que, em consequência das mesmas, os testes não deveriam ser utilizados (cerca de 3% em média).

Expectativas quanto ao futuro do método dos testes

Um último grupo de questões procurou indagar das expectativas e das opiniões dos psicólogos portugueses em relação ao futuro do método dos testes e quanto aos aspectos de carácter deontológico que a sua utilização deveria contemplar.

Em relação ao primeiro aspecto, verificou-se que 42% dos inquiridos estão de acordo quanto à manutenção do nível actual do uso dos testes. Apenas 5% referem como desejável o abandono total dos testes. Finalmente, 29% apontam como desejável uma diminuição e 19% um aumento dessa utilização.

Questionados quanto à evolução conjunta das críticas ao método dos testes e da utilização destes no nosso País, verifica-se que o maior número de respostas (50%) aponta para o carácter transitório da «corrente anti-teste» em ligação directa com a introdução de alterações substanciais nestes instrumentos e na metodologia geral da avaliação (quadro VII).

QUADRO VII

Expectativas quanto às implicações das críticas na utilização dos testes psicológicos

Situação	%
Aumento das críticas e conseqüente desuso	3
Alterações substanciais do uso	50
Aumento paralelo das críticas e do uso	38
Diminuição das críticas e aumento do uso	7
Não responderam	3

Aspectos de natureza deontológica

Quanto aos aspectos deontológicos usualmente associados à utilização dos testes, a informação obtida diz respeito a três pontos. Um primeiro prende-se com a origem do pedido da aplicação dos testes (quem solicita), um segundo com a pessoa/entidade que recebe a informação (quem recebe os resultados ou as conclusões) e, por último, auscultou-se a opinião dos psicólogos quanto à necessidade de regulamentação do uso dos testes na prática psicológica.

Quanto à origem do pedido de aplicação verificou-se que 39% dos inquiridos administram testes a

pedido dos sujeitos-clientes, 79% por iniciativa própria, 43% a pedido de entidades ou pessoas responsáveis pelas decisões a tomar e, finalmente, 41% a pedido de outros profissionais (de notar que a resposta à questão não era feita em termos exclusivos).

No que respeita à entrega da informação relativa aos resultados dos testes, 40% dos inquiridos manifestam a opinião de que cabe ao psicólogo decidir que parte da informação o sujeito deve receber e qual a que deve ficar reservada ao próprio psicólogo. Por sua vez, 24% referem que, excepto em circunstâncias muito especiais, cabe ao sujeito avaliado o direito de receber toda a informação e a decisão sobre a sua cedência a outrem, enquanto 22% referem que a informação deve ser entregue à entidade/pessoa responsável pelo pedido (país, empresa), muito embora assista ao sujeito o direito de a conhecer. Apenas 4% das respostas ao questionário referem que o direito a receber a informação é essencialmente pertença da entidade/pessoa que solicitou a avaliação.

A concluir, questionados quanto à necessidade ou ao tipo de regulamentação de carácter deontológico a que deve obedecer a avaliação psicológica feita através do método dos testes, 77% dos psicólogos reconhecem a necessidade de tais princípios fixados e respeitados por parte destes profissionais. A este propósito, 17% referem que a responsabilidade ética do uso dos testes é da inteira competência do psicólogo, enquanto 5% defendem a necessidade de leis fixadas superiormente, a nível governamental.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentam-se, de seguida, algumas considerações sobre os resultados atrás apontados, seguindo as rubricas então consideradas: utilização actual dos testes, valorização dos testes, atitudes face às críticas e objecções, expectativas quanto ao futuro do método dos testes e, por último, aspectos de natureza deontológica.

Quanto ao primeiro ponto, concretamente no que respeita ao peso que o tempo gasto com os vários aspectos da utilização dos testes representa no tempo total da actividade profissional, podemos verificar (Quadro II) que, na generalidade dos casos, o mesmo não ultrapassa 25% do tempo total. Apenas 16% dos inquiridos referem uma ocupação superior a metade do seu tempo de prática, havendo ainda 12% que referem «nenhum ou quase nenhum tempo» dispendido com utilização de testes. Esta percentagem mostra-se inferior à encontrada noutros países europeus, tendo em conta que 25% dos inquiridos em França, Bélgica e Holanda, 14% em Espanha e 34% na Suécia indicam esse tipo de resposta (Poortinga et al., 1982). Dado o predomínio na amostra observada dos psicólogos com actividade profissional no âmbito da Psicologia Escolar e Psicologia Clínica, estes valores poderão querer significar uma mudança nos papéis tradicionais dos psicólogos, geralmente confinados às tarefas de diagnóstico psicológico (Almeida e Cruz, 1985).

Na questão sobre a percepção da receptividade de outros profissionais ao uso dos testes (Quadro III), o predomínio da resposta indicativa de «aceitação geral» (60% dos inquiridos) poderá reflectir, para além da aceitação efectiva, um reconhecimento de que cabe ao psicólogo definir as metodologias da sua pró-

pria prática. Também não será de ignorar a possibilidade dessa alta percentagem traduzir algum desconhecimento destes instrumentos por parte daqueles profissionais (mau grado a atitude «neutral» apenas aparecer referida por 13% dos psicólogos inquiridos). Em análises posteriores, designadamente quando atendermos aos domínios específicos da prática psicológica dos inquiridos, poderemos avançar nestas considerações, pormenorizando essa informação para os vários grupos profissionais com que os psicólogos trabalham.

Em termos da percepção da receptividade do público aos testes psicológicos, designadamente na situação de selecção profissional, verifica-se que 77% dos psicólogos inquiridos consideram que apenas um número reduzido de pessoas (menos de 5% dos candidatos) se «opõe» à realização das provas psicológicas, o que aliás, está de acordo com as respostas encontradas noutros países (Poortinga et al., 1982). A compreensão deste baixo número passará certamente pela referência a múltiplos factores, entre os quais nos parece ser de salientar a percepção da neutralidade que a situação de avaliação oferecida pelos testes apresenta para o público, a falta de informação deste mesmo público sobre os diferentes aspectos do método dos testes (teóricos, fundamentação científica, procedimentos, implicações do seu uso nas tomadas de decisão) e, mesmo, os condicionamentos inerentes à alta taxa de desemprego no nosso país.

Quanto à valorização dos testes, verifica-se uma percepção da menor utilidade das técnicas projectivas para as diferentes situações da prática psicológica (Quadro IV b), excepto quando usadas no contexto da avaliação terapêutica e do diagnóstico clínico. Esta situação está também presente nas conclusões dos estudos efectuados noutros países (Poortinga et al., 1982), designadamente os referentes a Espanha, França e Bélgica. O facto destas técnicas aparecerem para 44% dos inquiridos como proporcionando uma informação útil em pelo menos 75% dos casos no que respeita às situações de «dificuldades de aprendizagem», não é de fácil interpretação, até porque não dispomos de informação sobre este item naqueles países⁽²⁾. Mais uma vez a análise posterior dos resultados do presente inquérito, tomando, por exemplo, os resultados de sub-grupos da amostra aqui considerada, permitirá, certamente, uma melhor compreensão deste facto.

No que respeita ao uso dos testes e escalas de personalidade, parece encontrar-se uma menor diferenciação do valor utilitário atribuído à informação obtida para as várias situações da prática psicológica. Em todas elas, esta informação é tomada como útil em cerca de 75% dos casos (Quadro IV b), podendo esta valorização significar a crença generalizada na pertinência dos aspectos emocionais e socio-afectivos para o processo de aprendizagem, para o processo de desenvolvimento e para a realização vocacional e pessoal dos indivíduos. Tomando os resultados do estudo citado, verificamos também uma menor diferenciação do valor utilitário da informação obtida com este tipo de instrumentos para as várias situações de prática profissional consideradas, bem como um padrão similar de valorização.

Por último, as respostas relativas aos testes de conhecimentos e aos testes de inteligência e aptidões

tendem a apresentar uma distribuição semelhante: os dois grupos de instrumentos são bastante valorizados nas tomadas de decisão em contextos escolares e profissionais, e tomados quase como insignificantes nas situações «clínicas» (Quadro IV b), o que é comum à situação encontrada nos países que nos têm servido de referência. A similaridade encontrada entre os dois grupos de testes terá a ver, em nossa opinião, com a proximidade efectiva destes instrumentos (ambos testes de realização). De salientar, ainda, o facto dos testes de inteligência e aptidões serem considerados como mais adequados (úteis) do que os testes de conhecimentos nas situações de «dificuldades de aprendizagem» na amostra portuguesa. Mesmo não dispondo de uma informação sobre este item nos outros países, pensamos que tal poderá estar associado à pouca divulgação destes últimos instrumentos no nosso país.

Não gostaríamos de terminar a referência a este ponto sem assinalar a considerável percentagem de «não respostas» aos vários aspectos da questão formulada (em média 13%). A par da sua complexidade, já atrás referida, esta percentagem parece traduzir uma opção por parte dos inquiridos de apenas manifestarem a sua opinião nas situações directamente ligadas ao seu domínio profissional ou versando os instrumentos por si utilizados. Por outro lado, a maior percentagem de «não respostas» nos testes de conhecimentos poderá também ter a ver com a menor familiaridade dos psicólogos com estes instrumentos, como acabámos de referir.

Quanto à importância atribuída a vários aspectos do método dos testes, usualmente referenciados nas críticas e objecções formuladas, é interessante referir que «a falta de revisões» e «o facto de não atingirem os processos psicológicos subjacentes às respostas» aparecem considerados como os mais negativos (respectivamente 95% e 73% das respostas — quadro V). Mesmo não dispondo de qualquer referência comparativa, pensamos que a primeira atitude parece estar associada às dificuldades com que os psicólogos portugueses se confrontam aquando da utilização dos testes psicológicos. Um grande número destes instrumentos não se encontra suficientemente estudado para a população portuguesa, colocando-se aí problemas de ordem diversa (conteúdos e formato dos itens, tempos, instruções, normas). Quanto à opinião negativa em relação ao facto da informação obtida com os testes se centrar mais nos «produtos» do que nos «processos psicológicos de resposta», poder-se-á relacionar tal comportamento com a alta percentagem de inquiridos (42%) que exercem a sua prática profissional no contexto educativo. Com efeito, a intervenção psicológica neste domínio tem sido progressivamente encarada mais como ocasião de mudança ou de desenvolvimento dos indivíduos e menos como mera ocasião de avaliação das capacidades. Os testes psicológicos e os respectivos resultados começam, pois, a ser usados num contexto bastante diferente (Almeida e Cruz, 1985). Esta consideração não impede, no entanto, que 54% dos inquiridos valorizem, quer a obediência às normas fixas na aplicação dos testes e na interpretação dos seus resultados, quer a existência de normas que possibilitem a comparação dos níveis de realização dos sujeitos entre si. A não perfeita concordância destes dois aspectos poderá ter a ver com a maior utilização no nosso país dos testes centrados em normas, em desprovido dos testes com referência a critério. Por

outro lado, o predomínio na amostra de psicólogos com poucos anos de prática poderá também ter a ver com aqueles valores. Uma utilização *mais pessoal* dos instrumentos implica não só a própria formação «académica», como também as competências associadas com a prática profissional.

Finalmente, o facto de 28% dos inquiridos tomarem a exigência de normas rígidas como um aspecto negativo ou muito negativo e, ainda, 23% manifestarem idêntica atitude em relação ao enfoque na comparação inter-sujeitos, poderá ter a ver com a imagem tradicional da prática psicológica, mais centrada no diagnóstico e classificação dos sujeitos e usualmente associada a conotações de algum modo negativas (etiquetagem, passividade, etc.).

Analisando os resultados referentes às implicações que as várias objecções ao método dos testes podem representar para o uso dos mesmos, constata-se que, na sua generalidade, as mesmas não impedem a percepção da utilidade da informação obtida (Quadro VI). Esta situação é comum à dos países que nos têm servido de referência, onde uma percentagem claramente superior dos psicólogos consideram os quatro tipos de objecções apresentadas como pouco fundamentadas e não interferindo no valor utilitário da informação obtida.

Julgamos de interesse tecer alguns comentários em relação à alta percentagem de psicólogos portugueses que menosprezam as objecções de carácter ético-social. Esta percentagem atinge em Portugal os 36%, sendo superior à daqueles países (valores entre 13% na Suécia e 30% na Holanda, sendo de cerca de 24% o valor médio nos seis países). Estes valores parecem enfatizar novamente a importância atribuída aos testes e reflectir a aceitação, atrás apontada, por parte do público em geral e dos outros profissionais. Esta percentagem, superior às expectativas que por vezes se formulam (refira-se todo o movimento anti-teste com base nos aspectos ético-sociais), suscitam-nos algumas interrogações. Por exemplo, em que medida tal facto poderá reflectir o desconhecimento da pertinência deste tipo de objecções, e também, dada a não generalização de serviços de psicologia à população em geral, em que medida os indivíduos que recorrem aos psicólogos poderão provir essencialmente de um estrato social médio, não se colocando então esse problema.

Passando à análise e discussão dos resultados referentes às expectativas quanto ao futuro do método dos testes e aos aspectos de natureza deontológica, refira-se que 61% dos inquiridos se mostram favoráveis ou à manutenção do nível actual de utilização (42%), ou ao seu incremento (19%). Uma percentagem menor refere como desejável ou o seu abandono (5%) ou a sua diminuição (29%). A maior percentagem de respostas traduzindo uma opinião favorável ao uso dos testes está de acordo com os aspectos anteriormente abordados, como por exemplo, o facto de a informação recolhida ser tomada como pertinente e útil para a prática psicológica (Quadro VI), apesar das críticas formuladas ao método dos testes. De notar que nos países citados as percentagens nas quatro situações se aproximam dos valores encontrados na amostra portuguesa.

Neste mesmo sentido, 50% dos inquiridos são de opinião que as críticas em relação ao método dos

testes acabarão por alterar substancialmente a utilização dos mesmos, sem que isso conduza, obrigatoriamente, ao seu abandono (Quadro VII). Idêntica atitude é tomada por cerca de 70% dos inquiridos nos outros países, o que parece conciliar, em termos práticos, quer o reconhecimento das limitações destes instrumentos, quer, e apesar destas, o reconhecimento do seu valor informativo. É interessante verificar que 38% dos psicólogos portugueses assinalam a alternativa correspondente a um aumento paralelo das críticas e do uso dos testes⁽³⁾. Uma interpretação plausível deste facto poderá ter a ver com a pouca tradição e implementação da prática psicológica no nosso país. O seu incremento num futuro próximo poderá ocasionar, quer uma maior utilização dos testes, quer uma maior reflexão sobre os mesmos.

Reportando-nos a aspectos de natureza deontológica, verifica-se que 79% dos inquiridos administram testes por iniciativa própria, sendo as restantes possibilidades de resposta (a pedido do cliente, a pedido de várias entidades, a pedido de outros profissionais) muito próximas quanto às percentagens registadas; não dispomos de informação relativa a este aspecto nos outros seis países europeus. A maior percentagem de psicólogos administrando testes por iniciativa própria poderá ter a ver, para além do aspecto da utilidade da informação a obter, com outro tipo de factores, entre os quais se poderá apontar o próprio estatuto ou papel do psicólogo: os testes aparecem como algo que o identifica e lhe dá uma certa segurança, ao mesmo tempo que as expectativas existentes junto do público vão no sentido da «quase obrigatoriedade» da sua realização.

Por outro lado, verifica-se que 49% dos inquiridos manifestam a opinião de que cabe ao psicólogo a decisão quanto ao destino a dar à informação recolhida através dos testes. De um modo geral, os inquiridos manifestam a opinião de que os sujeitos têm o direito de conhecer a informação obtida, podendo a mesma ser também entregue à entidade que solicitou a avaliação (22%). Apenas 4% referem ser esse direito pertença essencialmente daquela entidade. Este padrão de resposta é também comum à Bélgica, França, Espanha e Inglaterra, e apenas difere na Holanda e na Suécia (ambas com um padrão similar de resposta e onde apenas 19% atribuem ao psicólogo a decisão quanto ao destino a dar à informação, remetendo-a para o cliente nas percentagens de 57% e 62% respectivamente, Poortinga et al., 1982).

Quanto aos aspectos relacionados com a regulamentação do uso dos testes psicológicos, a grande maioria dos psicólogos portugueses que responderam ao inquérito defendem a fixação e o cumprimento de princípios ditados pela própria classe profissional, da mesma maneira que os psicólogos na Inglaterra, Suécia, Espanha e Holanda. Apenas em França e na Bélgica a percentagem dos psicólogos que referem essa necessidade é igual à dos que pensam ser de deixar a cada psicólogo a consideração de tais aspectos. A necessidade de uma regulamentação fixada superiormente (a nível governamental) aparece como a alternativa menos escolhida (percentagens entre 3 e 15%), e apenas na Holanda ela ultrapassa a percentagem dos que defendem serem esses princípios deixados à consideração dos próprios psicólogos (Poortinga et al., 1982).

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com a realização deste inquérito junto de psicólogos portugueses permitiram-nos extrair algumas conclusões. Em primeiro lugar, os psicólogos inquiridos manifestam uma atitude de aceitação face ao método dos testes, considerando ser essa atitude extensível aos outros profissionais com quem trabalham e ao público em geral. Esta aceitação manifesta-se nos vários tipos de testes, ainda que estes apareçam valorizados de um modo diferenciado consoante os domínios de prática psicológica.

Em consonância com a valorização atribuída, re-fira-se que as objecções formuladas ao método dos testes não inviabilizam, na opinião dos inquiridos, a utilização prática da informação obtida com estes instrumentos. De um modo geral, eles mostram-se confiantes quanto ao valor potencial dos testes, atribuindo às críticas uma influência mais no sentido da sua reformulação do que do seu abandono. Por outro lado, algumas medidas parecem ser desejadas ao nível da regulamentação desta utilização no futuro.

A concluir, gostaríamos de referir novamente algumas limitações do presente trabalho. Em primeiro lugar, deve-se colocar a questão da representatividade da amostra observada. Por outro lado, algumas questões suscitaram dúvidas por parte dos inquiridos, a avaliar pelo número de não respostas ou pelos comentários produzidos. Por último, optou-se por neste momento fazer apenas a apresentação dos resultados questão a questão, havendo a intenção de posteriormente se analisar esta informação quer de um modo mais integrado, quer tomando sub-grupos dos profissionais inquiridos.

NOTAS

(1) Essas percentagens (Poortinga et al., 1982) foram as seguintes: Bélgica — 15,4%; Espanha — 16,1%; França — 20,6% Holanda — 51,8%; Inglaterra — 14,5%; e, Suécia — 68,3%. Em Portugal a percentagem de respostas foi de 27,5%.

(2) A situação «dificuldades de aprendizagem» não foi contemplada na investigação referida (Poortinga et al., 1982). A sua inclusão neste estudo prende-se com a importância que julgamos merecer este tipo de problemas na prática psicológica.

(3) No estudo que temos vindo a referir (Poortinga et al., 1982) não são indicadas as percentagens de resposta à alternativa «aumento paralelo das críticas e do uso». No entanto, para a amostra belga essa percentagem fixou-se em 21% (Meuris et DeKetele, 1983).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. e CRUZ, O. M. R., 1985) — Utilização dos testes psicológicos: Algumas considerações sobre a sua evolução. *Jornal de Psicologia*, 4 (1), 13-17.
- MEURIS, G. e DeKETELE, J.-M., (1983) — L'Utilization des tests: Enquête auprès de psychologues et psychopédagogues belges francophones. *Bull. Psych. Scol. et Orient.*, 23 (3), 125-136.
- POORTINGA, Y. H., COETSIER, P., MEURIS, G., MILLER, K. M., SAMSONOWITZ V., SEISMEDOS, N. e SCHLEGEL, J., (1982) — A survey of attitudes towards tests among psychologists in six Western European countries. *Internat. Rev. Applied Psychol.*, 31, 7-34.

ABSTRACT

This article presents the results of a study on the professional use of psychological tests by Portuguese psychologists. Its methodology was similar to another study performed in six other European countries — Belgium, England, France, Holland, Spain and Sweden. An inquiry was mailed to 400 practitioners; 113 answers were received, but only 100 were useful to the study.

The results show that Portuguese psychologists have a consistent acceptance attitude regarding the use of psychological testing in their profession, with a variable degree of acceptance towards the different kinds of tests. In the psychologists opinion, their colleagues and the public opinion in general also have an acceptance attitude.

The «anti-testing» movement is given a considerable importance, and its criticisms are judged useful to the reformulation of testing practices, but not to his withdrawal; in fact, testing is believed to provide useful information for the psychological practice. It is also stressed that there is a need for a more strict ruling on the use of psychological testing in Portugal, and that such a task, and its enforcement, should be committed to the psychological associations.

ERRATA

No último número do «J.P.» as referências do artigo «O Comportamento do Recém-Nascido: os estádios e a actividade motora» saíram incompletas. Pedindo desculpa pelo lapso, seguem-se as referências omitidas:

BIBLIOGRAFIA

- 152 — SAINT-ANNE DARGASSIS, S. — Le développement neurologique du nouveau-né à terme et prématuré. Paris: Masson et Cie, 1974.
- 153 — AMIEL-TISON C., CRENIER A. — Evaluation neurologique du nouveau-né et du nourrisson. Paris/New York, Masson, 1980.
- 154 — KAYE K. — Toward the origin of dialogue. In: Schaffer HR, (ed.), *Studies in mother-infant interaction*. 2nd ed. London: Academic Press Inc, 1978; 89-117.
- 155 — BROWN JV, FREDERICKSON WT. — The relation between sucking and grasping in the human newborn: a precursor of hand-mouth coordination. *Dev. Psychobiol* 1977; 10: 489-98.
- 156 — BOWER TGR, BROUGHTON JM, MOORE MK. — Demonstration of intention in the reaching behaviour of neonate humans. *Nature* 1970; 228: 679-80.
- 157 — ABRAHAMSON D, BRACKBILL Y, CARPENTER R, FITZGERALD E. — Interaction of stimulus and response in infant conditioning. *Psychosom Med* 1970; 32: 319-25.
- 158 — SUPER CM. — Environmental effects on motor development: The case of African infant reciprocity. *Dev Med Child Neurol* 1976; 18: 561-7.
- 159 — KNOP C. — The dynamics of newly born babies. *J Pediatr* 1946; 29: 721-8.
- 160 — BRYAN ES. — Variations in the responses of infants during the first ten days of postnatal life. *Child Dev* 1930; 1: 56.
- 161 — STERNIMANN F. — Die Einstellereaktion beim Neugeborenen. *Jb Kinderheilk* 1937; 149-326.
- 162 — ESCARDO F, DE CORIAT LF. — Development of postural and tonic patterns in the newborn infant. *Pediatr Clin North Am* 1960; 7: 511.
- 163 — YANG DC. — Neurologic status of newborn infants on the first and third day of life. *Neurology (Minneapolis)* 1962; 12: 72.